

O PENSAMENTO GEOGRÁFICO (questão geral)

Janaína Francisca de Souza **CAMPOS**

Linha de Pesquisa: Eixo transversal Teoria e Método

Nível: Mestrado

O pensamento geográfico ao decorrer de sua trajetória foi marcado e construído por cinco categorias analíticas: espaço, lugar, território, paisagem e região. A intensidade com que cada categoria permeou a ciência geográfica foi realizada na maioria das vezes de forma alternada, ora com a sobreposição, ascensão ou declínio de determinada categoria em detrimento das demais. Da mesma forma, estas mesmas categorias acompanharam e influenciaram distintas correntes de pensamento, permeando as escolas geográficas. A cada momento histórico e teórico-metodológico que se firmava, certa categoria era cunhada com mais intensidade na tentativa de compreender o espaço geográfico e suas múltiplas dimensões. É importante destacar que, a eleição de uma categoria analítica não significou a exclusão das demais, se dando por muitas vezes de maneira simultânea esses estudos. Aqui a discussão está pautada em três categorias: território, lugar e espaço.

Postulado por Ratzel em meados do século XIX, a escola alemã constrói o conceito de “espaço vital”, em que o **território** é concebido como elemento essencial para legitimar a expansão alemã. A emergência da concepção da Geopolítica que entende o espaço como forma de obtenção de poder revelava uma tendência determinista, buscando transferir uma dimensão natural para caracterizar o território - com forte influência da Biologia -, a partir de uma dimensão estritamente político-jurídica, intrinsecamente vinculada a idéia de Estado-Nação. É válido ressaltar que as contribuições de Ratzel não se restringiram as formulações sobre o espaço vital, no entanto, essa é a mais disseminada dentre os seus estudos.

Visto inicialmente e ainda por muitos por uma dimensão político-jurídica (divisões políticas), a concepção sobre o território foi sendo reformulada na medida em que os modos de produção capitalista foram ajustados. Hoje, outras dimensões foram incorporadas a categoria, de modo que o território reuniu as dimensões econômica, social, cultural e ambiental, o conduzindo a uma multidimensionalidade. Diferentes agentes econômicos e sociais foram incorporados ao entendimento do território. O avanço da tecnologia e das invenções técnicas baseadas na era da informação e da comunicação, que atribui certa especificidade ao atual período técnico-científico-informacional (Santos, 1996), promove a unicidade das técnicas e a convergência dos momentos indicando um processo de globalização. O binômio espaço-tempo tende por muitas correntes do pensamento a ser anulado, eliminando o espaço em virtude dos avanços que a era informacional alvitra, apontando para uma provável desterritorialização (Haesbaert, 2007). Haesbaert irá considerar o fenômeno da desterritorialização como mito, defendendo que o momento atual não está pautado dentro da lógica da desterritorialização, e sim, da multiterritorialidade. Aos processos simbólicos e funcionais que o território compreende, a multiterritorialidade enseja a idéia do “território-rede”, baseada na conectividade estimulada pela tecnologia de ponta e na comunicação que conforma múltiplos territórios (Haesbaert, 2007). No entanto, esses territórios são exclusivos a determinados agentes sociais, a parcela ínfima da sociedade, não estando ao alcance de todos, intitulado por Massey (2000) de “geometria do poder”.

As novas estruturas redesenhadas a partir do modo capitalista de produção acoplados a era informacional, sinalizam que a concepção de **lugar** seja repensada, de modo que a categoria esteja dotada de um sentido mais global sobre o lugar. Indo além do recorte particular/local, de identidade e de grupos semelhantes, o lugar deverá ser compreendido por novas dinâmicas e essências, por novas concepções, superando barreiras que fazem do lugar sinônimo da escala local.

Como categoria que vem se afirmando desde a década de 1980, o **espaço** ganha notoriedade com o desenvolvimento da Geografia Crítica/Marxista, dando ênfase à categoria. Empregada como nunca, Milton Santos irá enfatizar uma dimensão mais econômica ao espaço, entendendo-o como uma produção social, conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistema de objetos (forças produtivas) e sistemas de ações (relações sociais), entendidas sempre de forma conjugada e interdependente, como forma-conteúdo.

Analisada também sob a luz das concepções marxistas, o espaço é categoria de estudo para M. Castells e H. Lefebvre. Interessante ressaltar que a forma de entendimento se distingue entre os mesmos: ao passo que Castells considera somente as dimensões econômicas, políticas, ideológicas e culturais, onde o espaço é apenas “palco” dos acontecimentos e não uma dimensão, Lefebvre irá incorporar o espaço como parte importante deste processo, admitindo-o como dimensão juntamente com as demais.

A constituição destas três categorias de análise fomentou um embate teórico-metodológico na ciência geográfica. A defesa de diferentes paradigmas e a seleção de categorias excita um debate profícuo na Geografia, acarretando mudanças e novas percepções. Trabalhadas de forma isolada, sem a permanência de um diálogo entre as diferentes correntes de pensamento, as categorias tendem a estatizar o conhecimento geográfico, não promovendo transformações. Para a Geografia é importante que as categorias se contraponham, evidenciando conflitos e favorecendo o debate em torno desta ciência. As diferentes perspectivas entre o espaço, território e o lugar exprimem parte da conflitualidade presente na Geografia. Para alguns essa conflitualidade coloca a Geografia numa profunda crise paradigmática. Na verdade, é esta luta incessante e contraditória em busca do entendimento do espaço geográfico efetuadas pelas múltiplas categorias, que contribui para a construção de uma Geografia cada vez mais transformadora.

REFERÊNCIAS

- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: **O espaço da diferença.** : Org.: ARANTES, Antônio. São Paulo: Papius, 2000.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço:** técnica e tempo: razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

(questão geral)

Janaína Francisca de Souza CAMPOS

Linha de Pesquisa: Eixo transversal Teoria e Método

Nível: Mestrado

A Geografia Agrária hoje assiste uma mudança em seu temário. As relações existentes no campo brasileiro e o atual estágio do capitalismo fizeram surgir novas questões a serem tratadas. As matérias-primas agroenergéticas assumem posição de destaque nesta Nova Ordem Mundial, calcada na busca incessante de novas alternativas energéticas e na acumulação de capital.

Oliveira (1999) irá apontar que a agricultura brasileira deve ser entendida dentro dos moldes de desenvolvimento incitado pelo modo de produção capitalista, de forma combinada e contraditória. A construção do território se dá de forma simultânea e dialética a partir dos processos de construção/destruição/manutenção e transformação, seja do grande capital ou do campesinato. No atual cenário internacional, a busca por novos territórios para atender as demandas estabelecidas pelo mercado mundial e para acompanhar o desenvolvimento do capitalismo em sua etapa mais avançada, ameaça e destrói territórios, reconstruindo inúmeros outros. Percebe-se hoje no Brasil a espacialização e a territorialização do capital de forma avassaladora, incidindo diretamente na produção dos agrocombustíveis e na conseqüente elevação do preço dos alimentos à população consumidora. As três figuras refletem essa situação, com a ampliação das áreas de plantio da cana-de-açúcar para a alimentação das matrizes energéticas (álcool) e com a produção de grãos (soja) para fins de exportação, principalmente no Estado do Mato Grosso, diminuindo a oferta de alimentos, elevando seu preço e arriscando a soberania alimentar dos povos.

Esse processo vem acentuando as diferenças no campo brasileiro, com a desapropriação de pequenos agricultores (destruição) e com a entrada do grande capital no campo (re/construção). Uma nova conjuntura agrária se redesenha fazendo com que a (re)construção de determinados territórios do capital destrua e transforme os territórios do campesinato brasileiro. No entanto, esse processo de destruição/(re)construção dos territórios está ocasionando uma mudança na pauta das reivindicações dos movimentos socioterritoriais brasileiros, colocando no centro das atenções a produção de alimentos *versus* a produção de matrizes energéticas. Ao passo que ocorre o processo de desenvolvimento do capitalismo de forma brutal, desigual e excludente, observa-se também a contradição que o próprio sistema proporciona, caracterizado pela recriação do campesinato por meio da manifestação das massas que são afetadas negativamente pelo avanço do capital.

É necessário – aliás, sempre foi necessário – que as políticas brasileiras consigam gerenciar questões (soberania alimentar e produção de matrizes energéticas) e territórios (do agronegócio, do latifúndio e do campesinato) tão distintos e complexos. Pelo visto, uma posição já foi tomada, de modo a aceitar um modelo de desenvolvimento pautado na produção de matrizes energéticas. Porém esta política em prol do grande mercado não é exclusividade dos dias de hoje, sendo percebida desde o Brasil Colônia, com os sistemas de “plantation” baseado na exportação de mercadorias.

Como conseqüência de todo esse processo de construção e destruição dos territórios, uma vertente de caráter ambiental é pouco discutida e deve ser amplamente debatida: o empobrecimento do solo e a alta demanda do uso consuntivo da água para os sistemas de irrigação que a produção das matrizes energéticas exige. Muito pouco se tem falado sobre essas questões que colocam em risco os recursos naturais.

Em suma, torna-se necessário uma apreensão cada vez mais crítica sobre a dialética instaurada entre (re)construção e destruição dos territórios que a Nova Ordem Mundial impõe e dos novos temas que emergem, favorecendo o grande capital. Aos movimentos socioterritoriais cabe a

tarefa de propor políticas alternativas que assegurem a recriação do campesinato aos moldes que o sistema capitalista postula, através da soberania alimentar, do acesso e da permanência na terra.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: **Novos Caminhos da Geografia**. Org.: CARLOS, Ana Fani Alessandri. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.